

Que não passem pelo FMI, mas passem pela Rocinha.

De terras mexicanas, a milhares de quilômetros do teatro em que se desenrola a tragédia brasileira, o presidente José Sarney mandou dizer a quem interessar possa que o Brasil começará a negociar a sua dívida com os bancos privados em setembro, mas que, em hipótese nenhuma, aceitará um acordo prévio com o FMI.

Com certeza o presidente da República não ignorava que, no exato momento em que falava à imprensa na cidade de Guadalajara, o comitê dos bancos credores do Brasil se reunia em Nova York para analisar as consequências do fato de a moratória brasileira ter completado seis meses. Ultrapassada esta barreira, as autoridades dos Estados Unidos poderão rebaixar novamente o crédito brasileiro de substandard para *value impaired*, o que deverá acontecer em outubro se até lá não houver um entendimento com os bancos norte-americanos credores de um terço da dívida de US\$ 68 bilhões aos bancos privados.

O significado de mais este passo na marcha da degradação de nossas relações com o sistema financeiro internacional é terrivelmente claro: caso ele seja dado — o que acontecerá de modo quase automático depois de vencidos os prazos da lei norte-americana se, até lá, o Brasil não acenar com alguma medida concreta de boa vontade (o pagamento de uma parcela dos juros atrasados como demonstração de vontade de pôr um fim à moratória e/ou a aceitação de um acordo prévio com o FMI) —, o Brasil poderá dar um definitivo adeus, pelo menos para o futuro previsível, à esperança de entrada de qualquer “dinheiro novo” do Exterior em sua economia. Isto é, estará secando a última fonte de “plasma” que poderá salvá-lo de um “coma” econômico de consequências dramáticas.

Desde a doença de Tancredo Neves, entramos num ciclo de incertezas que foi, rapidamente, se transformando numa quase certeza de catástrofe econômica, sob a brutal batuta peemedebista. Já são pelo menos dois anos que não se faz nenhum investimento significativo na economia brasileira. Os aprendizes de d. Conceição dilapidaram em tempo recorde nossas reservas em moedas fortes, ao mesmo tempo em que fechavam o canal por onde elas fluíam; dinamitaram nossa balança comercial que, agora, apenas começa a se recuperar; e, à força de congelamentos e intervenções sucessivas e de arrochos fiscais sem precedentes, desorganizaram todo o sistema produtivo e esgotaram a capacidade de investimento do setor privado nacional. Enquanto isso, como também multiplicaram como nunca os gastos (eleitorais ou de preparação para eleições) do governo, esgotaram também a capacidade de investimento do Estado, levando-o, em todas as suas instâncias, a uma virtual falência.

O desemprego em massa, o assustador aumento no número de concordatas e falências, a significativa queda na arrecadação de tributos (em julho a receita do IPI diminuiu mais 2,5%, ao passo que a receita tributária global declinou nada menos que 6,11%, sendo que nos primeiros seis meses do ano a arrecadação do Imposto de Renda já caiu 10,84%) são apenas os sinais mais frios desta situação extrema e ameaçadora.

Este governo não deve confundir com um crédito de confiança que ele certamente não merece o fracasso da greve geral convocada pelas duas maiores centrais sindicais do País. Foi apenas mais uma demonstração da maturidade da classe trabalhadora brasileira que, avessa à inacreditável irresponsabilidade de nossos governantes, percebe claramente a extrema gravidade da situação que estamos vivendo e não se pode dar ao luxo de pôr em risco empregos que ela não tem a esperança de poder recuperar em prazo previsível, em nome de convocações político-partidárias. O fracasso desta greve foi, antes, a mais contundente moção de desconfiança

que poderia ter sido passada a mais um plano econômico que vai indo por água abaixo, corroído pela criminosa volúpia de gastos deste governo. Uma demonstração de que eles não acreditam em qualquer remédio para a crise que aí está, se este governo, que se diz “amigo dos pobres”, continuar engendrando verdadeiros párias da sociedade, para sustentar os seus obscenos marajás.

O PMDB de outros tempos criticava — e com razão — a frieza com que o ex-ministro Delfim Netto manipulava problemas econômicos, sem se importar com as consequências sociais de seus atos e determinações. Chegou a ficar famosa a sua caricatura na televisão, que a tudo respondia que “a mim o que importa são os números”.

Quando, na iminência de um passo tão tragicamente decisivo na escalada da deterioração de nossas relações com o mundo financeiro internacional, o presidente José Sarney e o ministro Bresser Pereira se dão ao luxo de continuar olímpicamente jogando a sua “queda-de-braço” com os credores, estão enveredando pelo mesmo caminho. Falam da única possibilidade de alívio da enorme tragédia de uma população em que a imensa maioria já não tem condições de se alimentar suficientemente, como se tudo não passasse de uma abstração onde não estivessem em jogo mais do que as posições “dogmáticas” estabelecidas por quem estava alheio à realidade do exercício do poder; como se não estivesse em jogo senão a salvação da face de quem fez promessas que não podia cumprir ou bravatas de estudante que não podia sustentar ou como se não estivessem em jogo mais que abstrações como a da “soberania nacional”. Discutem apenas abstrações numéricas, políticas, financeiras. Esquecem a tragédia, repetimos, dos milhões de brasileiros que estão perdendo seus empregos, que já não podem alimentar-se. O que está em jogo é o hoje; é uma situação social que está degenerando a olhos vistos. E que vai degradingando rapidamente a partir de um patamar que já era crítico. Por isso a Rocinha “desceu”; por isso o crime, em todo o Brasil, está virando um modo de vida.

Para este problema não existe salvação fora do enriquecimento rápido; muito rápido.

Uma coisa é a discussão abstrata sobre a dívida já adquirida, do passado, e como vamos pagá-la — coisa na qual nos poderíamos entreter se esta situação social que mencionamos não fosse explosiva como é. Outra coisa, muito diferente, é saber como se devem comportar os negociadores brasileiros para restabelecer imediatamente o fluxo dos investimentos externos, a única possibilidade de alívio rápido da situação social explosiva que enfrentamos, já que, claramente, uma coisa, agora, depende da outra.

Por isso dizemos: se o presidente Sarney e o ministro Bresser Pereira ainda sentem disposição para brincadeiras, para jogos de palavras e para “quedas-de-braço”; se estão tão alheios à realidade deste país — que está parando — que ainda pensam que é possível um “choque fiscal” para que eles possam continuar sem se mexer; se acham que não devem passar pelo FMI antes de ir aos banqueiros, tudo bem, não passem. Mas, antes de partir para esta negociação, que dêem uma passada na Rocinha...